

Show do bilhão

Eduardo Giannetti da Fonseca (Entrevista a Ivan Marsiglia)

O Estado de S.Paulo, 4.9.2011

Desde 1998, o economista Eduardo Giannetti da Fonseca não usa carro. Trocou-o por caminhadas, táxis e transporte coletivo. Esse não foi, no entanto, um exercício de contrição devido à sua conhecida militância pela causa da sustentabilidade - engajamento que o levou a participar ativamente da campanha presidencial da ex-senadora Marina Silva. A razão é prosaica: Giannetti simplesmente não consegue decorar caminhos e não suporta perder tempo trocando marchas em meio a engarrafamentos.

Talvez seja por isso que esse mineiro de Belo Horizonte criado em São Paulo e apaixonado por filosofia - que optou, "por razões de segurança profissional", por cursos simultâneos de economia e ciências sociais na USP, doutorando-se em seguida pela Universidade de Cambridge - desconfie de ideias não assentadas na vida prática. "Se formos depender da boa vontade das empresas ou dos consumidores, nada vai mudar", adverte, num trecho da entrevista a seguir, concedida ao Aliás no apartamento para o qual acaba de se mudar, no bairro paulistano da Vila Madalena.

Ganhador de dois Prêmios Jabuti por obras que discutem a ética e a história das ideias econômicas, *Vícios Privados, Benefícios Públicos?* (Cia. das Letras, 1993) e *As Partes & o Todo* (Siciliano, 1995), e também do best seller *Felicidade - Diálogos sobre o Bem-Estar na Civilização* (Companhia das Letras, 2002), Giannetti reagiu com ceticismo à genuflexão feita nas últimas semanas por megaempresários dispostos a contribuir mais para a superação da crise financeira mundial que ronda as manchetes desde 2008.

No dia 14, o bilionário americano Warren Buffett pediu aos endividados governos europeus e americano que "parem de nos mimar" com isenções fiscais, em nome de um "sacrifício coletivo". No dia 29, o executivo-chefe do Publicis Groupe e presidente da Associação Francesa de Empresas Privadas, Maurice Lévy, fez coro em um artigo no *Financial Times*: "Não sou masoquista, mas nós ricos temos que pagar mais".

Para o filósofo da economia, tais palavras denotam mais um exercício de marketing pessoal que uma real preocupação em distribuir riqueza, muitas vezes acumulada na expansão sem freios do sistema financeiro. Mais: lembra que, em um mundo ameaçado pelo aquecimento global e o esgotamento dos recursos naturais, "os países que estão chegando tardiamente à festa do consumo", como China, Índia e Brasil, não poderão participar dela da forma que fizeram europeus e norte-americanos. E que a necessária transformação desses padrões de consumo na direção da sustentabilidade só será possível se os custos ambientais forem incorporados a um sistema de preços que hoje ignora a destruição do planeta.

Warren Buffett e Maurice Lévy tiveram uma crise de consciência ou é instinto de autopreservação?

Por trás disso está a percepção de que existe uma desigualdade injustificável no mundo hoje, mesmo em países muito prósperos como os EUA e a França. Uma das maneiras de corrigir isso seria uma tributação progressiva, como já é praticada - mas que talvez tivesse que ir ainda mais longe. A minha percepção sobre a questão da equidade e da justiça distributiva não considera, como muita gente pensa, que toda desigualdade é ruim. O que não é legítimo é a desigualdade imposta na situação de partida. Ou seja, é eticamente errado um sistema no qual a condição em que uma pessoa vem ao mundo predetermina, quase que inescapavelmente, seu limite. Se, do contrário, houver certa paridade no acesso à educação, saúde e desenvolvimento para todos, a desigualdade que aflora a partir daí é até bem-vinda. Pois ela pode refletir, inclusive, diferenças de valoração: há pessoas dispostas a sacrificar mais de seu tempo e de sua energia para obter sucesso financeiro do que outras - que valorizem mais a afetividade, o conhecimento, a estética ou qualquer outra possibilidade de realização humana, por exemplo. Igualdade de resultado não é meritória em si. A de partida, sim.

Dia 25, Buffett investiu US\$ 5 bilhões no Bank of America dizendo que estava dando um "voto de confiança" em uma instituição americana em crise. Em seguida, as ações do banco dispararam 24%. Seria uma espécie de filantropia de resultados?

A escolha com base em critérios de nacionalidade ou de "voto de confiança" não faz parte da lógica da gestão de recursos. Estou certo de que Buffett, quando fez essa opção, levou em conta outros fatores - muito mais que esse, que me parece um exercício de public relations. Pega bem dizer isso.

Na quinta, o premiê Silvio Berlusconi retirou do pacote de ajuste fiscal italiano o "imposto da solidariedade" que iria taxar os mais ricos. O discurso não chega à prática?

A crise financeira de 2011 é uma seqüela de uma crise que não foi devidamente resolvida. A imagem que me ocorre é a seguinte: um paciente que esteve na UTI, à beira do colapso fatal, sobreviveu à base de remédios muito poderosos e de estímulos violentos. Ele consegue voltar para casa, mas está em convalescença, sob intensa medicação. Essa medicação é a política monetária e a política fiscal: juros muito baixos e gastos do governo financiados por meio de endividamento. De repente, esses estímulos começam a perder eficácia, e o paciente ainda está com a condição muito frágil, porque a economia não se recuperou e o desemprego é alto. Estamos nessa situação. Ou o paciente vai se manter em estado razoável mesmo com os medicamentos perdendo efeito até sua recuperação lenta ou vai ter uma recaída grave e voltar para uma situação periclitante. O fato é que se trocou um excesso de endividamento do setor privado por um excesso de endividamento do setor público. Houve uma socialização das perdas que deveriam ter sido assumidas, mas não foram. O que mostra que há algo profundamente errado com o sistema financeiro: pois quando oferecia enorme rentabilidade e lucros altos, ninguém questionou se a apropriação disso era pública ou privada. No momento em que as perdas se materializaram, o setor público as assumiu para si, jogando a conta para as gerações futuras por meio de dívida. E agora há uma credibilidade em jogo em relação à capacidade desses Estados honrarem os compromissos que assumiram.

A atitude desses bilionários benemerentes sinalizaria também uma preocupação com a incapacidade de os Estados nacionais, em um mercado cada vez mais global, darem conta de socorrê-los em situações de crise?

Sim. E acho que essas declarações de bilionários são muito pouco relevantes para se entender os processos e desafios que estão colocados. O total de ativos financeiros no mundo - que é a soma dos depósitos em bancos, títulos de dívida e ações - passou de US\$ 96 trilhões em 2002 para US\$ 167 trilhões no auge da expansão, no fim de 2007. Aumentou 75% em quatro anos. Ou seja, houve um crescimento descontrolado de papéis que representam direitos sobre riqueza no mundo. O lucro dos bancos americanos até o início dos anos 80 representava 10% do lucro total da economia americana. Chegou a 40% do total em 2006. A pergunta crucial foi feita pelo (economista e ex- presidente do Federal Reserve, o banco central americano, nos governos Jimmy Carter e Ronald Reagan) Paul Volcker: "Como justificar que o sistema financeiro se aproprie de 40% dos lucros da economia americana?" Qual é o valor socialmente reconhecido em termos de benefícios, de satisfação das necessidades humanas, que pode justificar uma proporção tão exagerada do lucro sendo capturada pelo sistema financeiro?

O problema foi a desregulamentação do setor, desde as reformas de Reagan e Thatcher nos anos 80, como alguns dizem?

A hipertrofia dos mercados especulativos foi consequência dessa aposta desastrada na desregulamentação. Mas o problema maior é que alguns mercados são especialmente intratáveis do ponto de vista da regulamentação - e o financeiro é um deles. Ele é de uma criatividade diabólica, extremamente complexo, impõe uma situação em que os burocratas, regulamentadores, estão sempre olhando pelo retrovisor. Tentam prevenir uma crise parecida com a que ocorreu, mas a próxima vem diferente. Bolhas especulativas existem desde que o mercado atingiu um mínimo de sofisticação. Uma das mais pitorescas foi a "mania das tulipas", na Holanda do século 17. Houve uma especulação fenomenal em torno de compra e venda de tulipas, primeiro físicas e, depois, para entrega no futuro.

Empresários que se propõem à filantropia ou se dispõem a pagar mais impostos adotam as chamadas "boas práticas" nos negócios?

Nem sempre. Mas a sociedade está cada vez mais atenta e dispõe de meios tecnológicos para punir os pilhados em práticas inaceitáveis. O caso mais recente é o da (grife espanhola de roupas) Zara, que contratou oficinas que se utilizavam de trabalho escravo. Uma falha dessa gravidade pode comprometer o patrimônio de uma empresa. Reputação é uma coisa que se demora a construir e se destrói instantaneamente.

A valorização do chamado "instinto animal do empresariado" ainda tem lugar em uma sociedade que fala cada vez mais em sustentabilidade e consumo responsável?

Se tivermos que esperar a regeneração moral da humanidade para resolver o problema ambiental, estamos fritos. Ela não vai ocorrer. E quem imaginar que outro modelo econômico implantado de cima para baixo dará conta do recado, também está enganado. A pior experiência ambiental do século 20 é a da União Soviética. O que se percebe agora é que o mercado competitivo regido pelo sistema de preços padece de uma falha extremamente grave no tocante à relação entre o ser humano e o mundo natural. Ele não fornece uma sinalização adequada dos custos ambientais envolvidos em nossas escolhas de produção e consumo.

Explique melhor.

Por exemplo: vamos comparar duas opções de geração de energia elétrica. Na solar, na melhor tecnologia existente, o custo é de US\$ 0,17 por quilowatt/hora. Ele está caindo e pode chegar US\$ 0,10 nos próximos anos. Já uma termoelétrica a carvão gera um quilowatt/hora, igualzinho, por US\$ 0,02 a US\$ 0,03. Qual é a opção lógica de uma empresa que esteja no mercado ou de um país que queira ser competitivo? É o que a China está fazendo: termoelétrica a carvão. Só que essa comparação é tremendamente distorcida. E o custo da emissão de CO₂ gerado pela queima do carvão? Não aparece na conta. É como se o custo imposto à humanidade e às gerações futuras não existisse. Outro exemplo: quando você come carne, paga a criação do gado, a pastagem, o transporte, a embalagem, mas não a emissão de CO₂. Só que se você somar todo o rebanho mundial, bovino, suíno e aviário, a emissão de CO₂ equivalente é maior do que de toda a frota automobilística do planeta. Os preços que pagamos pelo que fazemos não estão refletindo o custo total do que estamos consumindo. É essa a falha grave do sistema de preços a corrigir.

Essas coisas terão que custar mais?

Sim. O preço é um pacote de informação econômica: ele reflete, de um lado, o custo de produzir e, de outro lado, a satisfação que o consumidor tem ao consumir. Em nenhuma das duas dimensões hoje em dia está incorporado o aspecto meio ambiente, o uso de recursos naturais não renováveis, água, emissão de gases nocivos. Isso terá que ser incorporado. O problema é que se formos depender da boa vontade das empresas ou dos consumidores, isso não vai mudar. A British Airways introduziu recentemente, para o cliente de passagem aérea, a opção de pagar na emissão do bilhete o crédito de carbono correspondente ao trajeto. Imaginando que, como o mundo está aparentemente desesperado com o aquecimento global, os passageiros conscientes iriam aceitar pagar. Sabe qual foi a adesão? 3%. É a história do jovem Agostinho, que orava: "Dai-me, Senhor, a castidade e a virtude. Mas não agora". (Risos.)

Como essa dimensão, digamos "ética" e ambiental, seria incorporada aos preços?

A implementação disso ainda não é clara. A Austrália tem uma experiência pioneira. Em nível planetário, não dá para imaginar 193 países reunidos em um fórum para reformar o sistema. Seria necessária a iniciativa de três a cinco atores relevantes, União Europeia, China e EUA, digamos. E os outros teriam que entrar, ao preço de sanções. É um debate complicado, eu sei. Especialmente porque não temos instituições multilaterais que deem conta desses desafios. Mais: a desigualdade de renda entre países é maior que a existente no país mais desigual do mundo. É um problema de equidade internacional. Mas é fato: os países que estão chegando tardiamente à festa do consumo não vão poder participar. Gostemos ou não. E o dilema é saber como compatibilizar as aspirações da nova classe média que surge no mundo com os limites do padrão que nos foi vendido pelo projeto iluminista de progresso. Não é trivial mudar preferências e visões de realização humana.

No livro Felicidade, o senhor diz justamente que as promessas de bem-estar do Iluminismo, associadas ao progresso das ciências e ao domínio da natureza pelo homem, não se cumpriram. Mas qual seria a alternativa?

Precisamos superar e não rejeitar o legado iluminista. No sentido alemão, de incorporá-lo e ir além. Ele nos trouxe conquistas extraordinárias no campo da tecnologia, da ciência, da medicina, da produtividade. Mas também mostrou seus limites: o caminho estreito do progresso econômico não sacia as aspirações de realização humana, nos coloca numa corrida armamentista do consumo e ainda compromete gravemente o equilíbrio ambiental da vida. A humanidade vai ter que encontrar uma saída. Fico esperançoso com a pesquisa que mostra que o crescimento econômico traz ganhos de bem-estar subjetivo, que seria a felicidade, no seu início, quando um país parte de um nível de renda muito baixo. Mas que, a partir de certo ponto, não há mais qualquer evidência de que o crescimento da renda continue trazendo acréscimos de bem-estar. Ou seja, os países do mundo não precisam ter o padrão de consumo norte-americano para alcançarem padrões de felicidade iguais ou superiores.

O sr. se alinha aos economistas que questionam o uso do PIB como índice de progresso.

É claro. Veja que coisa: se você vive em uma comunidade em que a água é um bem livre, como o ar que respiramos, isso não entra nas contas nacionais. Não há registro econômico. Se essa comunidade, ao contrário, polui todas as fontes de água natural e, para continuar sobrevivendo precisa purificar, engarrafar, distribuir ou importar água, o que ocorre com o PIB do país? Ele aumenta! É uma maluquice. A qualidade de vida piorou, você tem que trabalhar mais para beber água, e o sinal que a economia tal como é registrada emite é o de que a vida melhorou. Se você vai a pé para o trabalho, isso não entra no PIB. Mas se passa horas no trânsito, de carro, poluindo a cidade e prejudicando sua saúde física e mental, o PIB aumenta! Porque uma coisa que não era intermediada pelo sistema de preços passará a ser. As pessoas não têm noção de como os números distorcem a realidade.

Existe uma ética inerente ao capitalismo ou ele é um formidável sistema de geração de riquezas que precisa ser "civilizado"?

Sou um estudioso do assunto há anos e parei de usar a palavra "capitalismo". Será que faz sentido usar essa classificação para designar um sistema econômico que existe no mundo desde o século 17? Se alguém diz "economia de mercado", aí sim, sei do que estamos falando. Ou "economia de planejamento central". A economia que existe é a que procura mobilizar o autointeresse, o fato de que as pessoas querem melhorar de vida e têm ambições de todo o tipo, para que disso resulte um benefício social. Se você deseja melhorar de vida, ofereça algo cujo valor os demais reconheçam. Há regras para que isso ocorra de maneira ordenada e benéfica, em termos de criação de riqueza. Toda uma ética do que é legítimo como prática concorrencial e do que não é. Um arcabouço de justiça que Adam Smith já discutia em A Riqueza das Nações, como função do Estado. Aliás, quero escrever um ensaio chamado "O Fim do Capitalismo". Do conceito (risos). Saber quem inventou essa palavra, que colonizou o nosso pensamento. Marx falava em "modo de produção capitalista", mas a substantivação disso é outra coisa. Tem gente que atribui ao capitalismo a condição de agente. "O capitalismo faz isso, aquilo..." Como se fosse dotado de vontade. Só que esta cabe ao homem.

Eduardo Giannetti da Fonseca é economista, doutor pela Universidade de Cambridge e professor do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper).